

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CÉLIO STUDART

PROJETO DE LEI N. , DE 2025

(do Sr. Célio Studart)

Permite às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o ingresso e a permanência em qualquer local portando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Permite às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o ingresso e a permanência em qualquer local, público ou privado, portando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal.

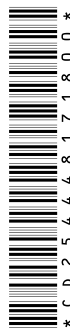
Parágrafo único. Considera-se utensílio básico aquele destinado à alimentação, tais como copos, talheres, pratos ou recipientes específicos destinados à mesma finalidade, desde que descartáveis ou reutilizáveis.

Art. 2º É abusiva a negativa de acesso às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a vedação de acesso integral e permanência em qualquer local, público ou privado, portando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal.

Parágrafo único. O disposto no *caput* também se aplica aos veículos de transporte terrestre de passageiros, interestaduais ou não, bem como às aeronaves em vôos comerciais.

Art. 3º A recusa ao direito previsto nos Arts. 1º e 2º sujeita o infrator à aplicação de multa, no valor de 20 a 2000 UFIR.

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no *caput* em caso de reincidência, devendo a receita arrecada ser destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, previsto na Lei Federal n. 7.347. de 24 de Julho de 1985.



Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este PL tem por objetivo reforçar e assegurar os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De modo a permitir-lhes o acesso irrestrito aos espaços públicos e privados com itens essenciais ao seu bem-estar e autonomia: alimentos de consumo próprio e utensílios de uso pessoal.

A iniciativa surge da compreensão de que, para muitas pessoas com TEA, a presença de objetos com os quais já estejam familiarizados e a possibilidade de consumir alimentos específicos não são meras conveniências, mas necessidades fundamentais para sua estabilidade emocional e sensorial.

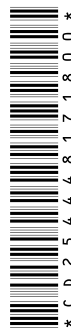
Reitere-se, a respeito do tema, que uma pessoa com TEA pode ter muita dificuldade em aceitar e consumir alimentos quando não oferecidos adequadamente, isto é, com os utensílios com os quais está previamente habituado.

Por essa razão recorde-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal n. 13.146, de 6 de Julho de 2015 define “*adaptações razoáveis*” como “*adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais*”; e permitir o ingresso e permanência de pessoas autistas com alimentos e utensílios para uso próprio não é desproporcional nem indevido.

Ademais, o tema está a ser tratado nesta Câmara Federal em perspectivas similares ao que ora se apresenta neste PL, como, por exemplo, a teor dos PLs 1320/2022 e 3080/2020.

Ainda que assim não fosse, também a Lei Federal n. 13.146, de 6 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), estabelece as normas gerais sobre o tema, enquanto o projeto em tela visa garantir direitos às pessoas com TEA.

Além disso, a presente proposição também encontra amparo no Art. 227, da CRFB/1988 que introduziu o dever de proteção integral às famílias, afirmando ser dever da sociedade e do Estado o oferecimento à criança e ao adolescente, com absoluta



prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação e ao lazer.

O que preceitua o presente PL se revela coerente com o objetivo constitucional de promoção da saúde pública. Por isso mesmo, o presente projeto de lei positiva entendimento já pacificado nos tribunais pátrios, bem como na legislação acerca da matéria.

Diante do exposto, conclamo os nobres parlamentares a aprovarem este Projeto de Lei em análise, que representa um avanço na garantia de direitos fundamentais à população em geral, especialmente da parcela da população que está em tratamento ou diagnosticada com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sempre de forma a promover uma sociedade mais justa e solidária.

Sala de Sessões, 1 de Julho de 2025.

Dep. Célio Studart

PSD/CE

